

Voto de Protesto

PREIT - Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira

A Ilha de Santa Maria, designadamente os seus órgãos locais, legítimos representantes da população Mariense, deverão atuar e se pronunciar pela defesa intransigente da sua população e da sua Ilha.

De igual modo, inseridos numa perspetiva arquipelágica açoriana, deverão os mesmos ser solidários com situações que afetem quaisquer outras Ilhas do nosso Arquipélago, como por exemplo a que deverá afetar a Ilha Terceira, sobre a recente decisão do Governo dos Estados Unidos da América sobre a sua presença na Base das Lages.

No entanto, esta defesa, jamais poderá ser efetuada se decisões tomadas por quaisquer outros órgãos possam ser prejudiciais à Ilha de Santa Maria e à sua população.

Considerando a aprovação pelo Governo Regional dos Açores do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, no dia 02 de fevereiro de 2015, e o Projeto de Resolução pela Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores, no dia 13 de fevereiro de 2015, sobre o mesmo Plano;

Considerando:

- Que o atual Governo Regional dos Açores sempre defendeu e considerou a importância das escalas técnicas para o Aeroporto de Santa Maria e que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores legislou e assumiu a promoção e afirmação do Aeroporto de Santa Maria como “aeroporto de referência para escalas técnicas de aeronaves”, conforme o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) - capítulo V - Ponto III.9.5;
- Que, as decisões do Governo dos Açores e da Assembleia Legislativa Regional dos Açores sobre o PREIT, em relação às escalas técnicas de aeronaves, irão prejudicar gravemente a Ilha de Santa Maria, o seu aeroporto e a sua população, com consequências previsíveis na sua economia.

Propõe-se a eliminação dos seguintes Eixos, contemplados no PREIT:

- Medidas a executar diretamente pelo Governo da República:

EIXO 4 - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA BASE DAS LAJES E REFORÇO DAS CONDIÇÕES DE ATRABILIDADE PARA A AVIAÇÃO CIVIL E INVESTIMENTO PRIVADO - Revogar o Despacho N°59/2013, de 20 de dezembro, do Chefe do Estado Maior da Força Aérea e todos os impedimentos militares à utilização da Aerogare Civil das Lajes;

- Medidas a adotar pelo Governo dos Açores:

- **EIXO 5 - PROGRAMA DE REDUÇÃO E ISENÇÃO DE TAXAS E CUSTOS DE LICENCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS E ATIVIDADES ECONÓMICAS NA ILHA TERCEIRA** - Redução em 50% das Taxas Aeroportuárias da Aerogare Civil da Lajes previstas na Portaria n.º 82/2006 de 9 de Novembro, nos próximos 6 anos - taxas de tráfego; taxas de assistência em escala; taxas de ocupação;

- **EIXO 8 - COMPETITIVIDADE LOGÍSTICA** - Apresentar uma candidatura ao Governo da República e à Comissão Europeia para a criação da Zona Económica Especial no aeroporto do concelho da Praia da Vitória, com benefícios fiscais específicos;

- **EIXO 8 - COMPETITIVIDADE LOGÍSTICA** - Criar um Pacote de Incentivos de Atração de Escalas Técnicas, garantindo as condições necessárias para a competitividade da Base das Lajes para as escalas técnicas internacionais, cujos incentivos devem ter associada uma maior intensidade nos primeiros anos.

De acordo com as normas regimentais da Assembleia Municipal de Vila do Porto, os deputados municipais do Partido Social Democrata propõem a aprovação deste Voto de Protesto pela alteração de posição do Governo Regional dos Açores em relação às escalas técnicas de aeronaves nos Açores, decisão prejudicial para a ilha de Santa Maria, para o seu Aeroporto e para os Marienses, e que do mesmo seja dado conhecimento imediato ao Presidente do Governo Regional dos Açores; Representações, Grupos Parlamentares e Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Ministro da Defesa Nacional, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-ministro do Governo de Portugal; Grupos Parlamentares e Presidência da Assembleia da República Portuguesa.

Vila do Porto, 27 de fevereiro de 2015.

Os deputados municipais de Vila do Porto do Partido Social Democrata

[Handwritten signatures of the municipal deputies]